

Plano não muda rotina de quem habita Amazônia

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — No pequeno município de Paricachoeira, localizado no Alto Rio Negro (Amazonas), próximo à fronteira com a Colômbia, os pouco mais de 1.000 habitantes ainda não sentiram os impactos das medidas econômicas do Plano Collor. Paricachoeira não tem posto telefônico, bancos, telégrafo ou televisão. O acesso só é possível através de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) ou pequenas embarcações, que levam três dias de viagem para chegar a São Gabriel da Cachoeira, a maior cidade desta região conhecida como Cabeça do Cachorro. A maioria da população, predominantemente indígena, ainda sobrevive da caça e da pesca. Os contatos com o mundo exterior são feitos única e exclusivamente através do rádio, instalado na missão salesiana. "Aqui quem determina a inflação somos nós", afirma Nelson Costa, funcionário da Funai.

Numa área de cinco milhões de quilômetros quadrados — quase do tamanho de toda a Europa —, 10 milhões de brasileiros acompanham os desdobramentos da política econômica do presidente Fernando Collor de Mello sem grandes atropelos. Nos seis estados que compõem a Amazônia (Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá), à exceção das capitais, não há filas nas portas dos bancos e as tabelas de preços de gêneros alimentícios da Sunab ainda nem chegaram.

"O preço do peixe aqui varia de acordo com a época", garante a dona de casa Lucidéya Savino, que mora no município de Óbidos, a 800 quilômetros de Belém, no Pará, às margens da parte mais estreita do Rio Amazonas. De fato, nas regiões ribeirinhas, os preços são ditados pela lei da procura e da oferta. Quando há abundância de pescado, os preços caem; quando há escassez, os preços sobem. "A carne subiu para 100 cruzeiros, o leite custa 20 cruzeiros o litro e o açúcar caiu de 50 para 27 cruzeiros", revela Lucydéya Savino. "Aqui nós só fomos atingidos com o congelamento dos saques na caderneta de poupança", constata.

O mesmo ocorre no município de Eirunepé, no Amazonas, terra natal do governador do estado, Amazonino Mendes. "No interior do Amazonas não existe tabela da Sunab, nem fiscalização de preços", reconhece Amazonino Mendes, que apoiou Fernando Collor de Mello nos dois turnos das eleições presidenciais e que está dando integral apoio também ao Plano Collor. "Os funcionários da receita estadual, da Polícia Civil, os promotores e os defensores públicos estão à disposição do delegado Romeu Tuma para atuar na fiscalização de preços", afirma Amazonino Mendes, lembrando que o que tem que ser levado em conta é o preço do frete, devido às grandes distâncias.